



Tornar o Estado visível. A busca de uma nova história da modernidade econômica

Seeing the State. In search of a new history of economic modernity

Fred Block*

Resumo

O artigo analisa a economia política dos Estados Unidos de América no contexto da vitória eleitoral de Donald Trump. Para isso, é recuperada a história econômica do capitalismo partindo de criticar um erro das análises sobre desenvolvimento: ignorar o papel do Estado na criação das economias de mercado modernas. O artigo salienta uma série de áreas em que o Estado é fundamental para impulsionar economias de mercado e desenvolvimento.

Palavras-chave: crescimento, desenvolvimento, capitalismo, Estado.

Abstract

The article analyzes the political economy of the United States of America in the context of Donald Trump's electoral victory. For this, the economic history of capitalism is recovered by criticizing a mistake in development analysis: ignoring the role of the state in the creation of modern market economies. The article highlights a number of areas where the state is key to driving market and development economies.

Keywords: growth, development, capitalism, State.

* Publicado originalmente em BreackThrough Journal, N. 9, Summer 2018. Fred Block é professor e investigador de Sociologia, Universidade de California, Davis. Artigo traduzido e revisado por Silvana de Paula, Ana Celia Castro e Flavio Gaitán.

INTRODUÇÃO

Transcorridos dezoito meses da presidência de Donald Trump, o debate sobre como corrigir a economia dos EUA, em realidade, não mudou. Indiscutivelmente houve mais inovação no campo da direita do que no da esquerda. O conservadorismo da “grandeza americana” continua a promover sua agenda de reforma que, contrária a impostos e regulação, remonta à era Reagan. Adicionalmente, esta agenda inclui comércio protecionista e políticas restritivas de imigração que, historicamente, sempre foram medidas condenadas pelos conservadores, tradicionalmente defensores do livre mercado. No campo da esquerda, a toada é ainda mais datada. As propostas são: seguro saúde individual com fonte pagadora única, um Estado garantidor de emprego e aumento de gastos para reconstrução dos sistemas de transporte já precários e exauridos, pois que datam da década de 1930.

Enquanto isso, notadamente na Costa Oeste, ganha vigor a discussão acerca do iminente uso de robôs e de inteligência artificial. Para alguns tecnófilos e libertários progressistas, o medo de perdas cada vez mais massivas de empregos cedeu lugar à renovação do interesse pela ideia de uma renda básica universal, capaz de cobrir os custos de alimentação, moradia e outras necessidades essenciais. Embora tais propostas sejam radicalmente diferentes da visão dos democratas progressistas – centrada no emprego e que, portanto, requer que o Estado seja, em última instância, um empregador – ambas as vertentes têm em comum o fato de focalizarem a distribuição, e não a produção. Cada qual sugere maneiras diferentes de dividir o PIB de forma mais justa, mas, ao contrário dos partidários do conservadorismo da “grandeza americana”, nenhuma delas tem muito a dizer sobre incrementar o crescimento do PIB.

O que a história sugere é que tal estratégia comporta riscos. O período entre as décadas de 1940 e 1970, quando os Estados Unidos tinham uma distribuição muito mais equitativa de renda e riqueza, foi um período de grande crescimento econômico no país. Parcela daquele crescimento econômico continuado possibilitou ganhos para os que estavam situados nas camadas inferiores de distribuição de renda. No entanto, quando o crescimento passou a ser mais lento, os esforços em prol de uma melhor redistribuição enfrentaram resistência mais intensificada. Esta tem sido a história dos últimos quarenta anos nos Estados Unidos: reacionários ricos sendo bem-sucedidos na obtenção de uma fatia cada vez maior “do bolo” cujo crescimento passou a ser mais lento.

E, o pior é que economistas respeitados sugerem que o crescimento lento chegou para ficar. O livro amplamente discutido do economista Robert Gordon, da Northwestern University, *A Ascensão e Queda do Crescimento Americano* (2016), constitui um caso expressivo. De acordo com Gordon, a economia dos EUA experimentou um século de crescimento impressionante, isto é, no período de 1870 até 1970. Depois de 1970, no entanto, houve desaceleração do crescimento e, presentemente, a economia

enfrenta turbulências cada vez mais fortes que, provavelmente, consolidarão esse padrão.

Keynes ia no à moda antiga, Gordon é muito eloquente em sua defesa do *New Deal* do governo Roosevelt. Mas isso foi naquela época, argumenta ele, pois, na atualidade, pouco pode o governo fazer para acelerar o desenvolvimento de produtos e processos novos e inovadores no âmbito das empresas. De fato, afirma que “[os] efeitos potenciais das políticas pró-crescimento são inerentemente limitados pela natureza de problemas subjacentes” e “[o] fomento à inovação não é um caminho promissor para a intervenção política do governo, já que a máquina de inovação americana opera de forma saudável por conta própria” (pag).

Esta declaração é intrigante, uma vez que, na segunda metade do livro, o argumento de força do autor é que o desempenho da “máquina da inovação” dos Estados Unidos encontra-se em situação de declínio constante desde os anos 1970. Gordon resolve essa tensão afirmando que tal desaceleração é inerente ao desenvolvimento da tecnologia. Em suma, o sistema de inovação dos EUA está fazendo o melhor que pode, tendo em conta que tecnologias revolucionárias com benefícios econômicos comparáveis à eletrificação, ou ao encanamento interno, simplesmente não estão mais à disposição. Mas, como ele pode fazer tal previsão? Gordon igualmente ignora inúmeras evidências, algumas das quais ele até menciona, de que o governo tem desempenhado papel extremamente importante na promoção de inovações nos séculos XIX, XX e XXI. Em sua análise das décadas de 1930 e 1940, por exemplo, ele mostra que a construção de estradas pelo setor público foi fundamental para avanços de produtividade associados a carros e caminhões.

Evidentemente, os tecnólogos otimistas criticam a análise sombria de Gordon e afirmam que os avanços iminentes nas áreas de robótica, inteligência artificial e outras tecnologias relacionadas a computadores acelerarão a produtividade econômica. Mas se os robôs e a inteligência artificial estiverem realmente a caminho, o resultado será o deslocamento rápido de pessoas dos empregos existentes, exacerbando a miséria econômica no antigo centro industrial do país. E, mesmo se uma renda básica universal for adotada, o poder de compra das pessoas ficará muito aquém dos avanços em produtividade.

A realidade é que tanto os intelectuais político-partidários como aqueles mais voltados para a formulação de políticas não têm estratégias convincentes para resolver os problemas tão imbricados da economia estadunidense. Baseadas em livre mercado, cortes massivos de impostos e reversões regulatórias, as soluções apresentadas pela direita têm fracassado, repetidamente. Os progressistas, por seu turno, priorizam sistematicamente uma distribuição mais justa dos recursos, mas ignoram o problema da expansão da produção econômica. E a maioria dos formuladores progressistas de políticas públicas, tanto os otimistas como os pessimistas em relação à tecnologia, carecem de iniciativas que se assemelhem ao esquema sofisticado dos planos que os *think tanks* de direita entregavam nas mãos dos presidentes Ronald Reagan

(1980-1988) e George W. Bush (1988-2002), em seus respectivos períodos na Casa Branca.

Quando tantas pessoas inteligentes não são capazes de vislumbrar uma maneira de consertar algo que nitidamente está quebrado, a explicação óbvia é que as ferramentas intelectuais empregadas apresentam problemas sérios. O problema fundamental é que, independentemente da orientação política, os estudiosos têm trabalhado com uma história sobre a emergência e o desenvolvimento da modernidade econômica na Europa e nos Estados Unidos que é falsa. Essa história equivocada do capitalismo tem-lhes obstaculizado a capacidade de ver possíveis caminhos prospectivos.

1.

A maioria dos estudiosos concorda que os principais avanços da modernidade econômica ocorreram nos Países Baixos e na Inglaterra, ao longo dos séculos XVII e XVIII. No final do século XVIII e no início do século XIX, tais desenvolvimentos foram explicados pelos fundadores da economia moderna – Adam Smith, T.R. Malthus e David Ricardo –, que estabeleceram as narrativas centrais da história econômica, seguidas por estudiosos subsequentes até o presente.

Smith, Malthus e Ricardo estavam longe de serem observadores desinteressados. Ao contrário, eram pensadores comprometidos em subverter o que viam como sendo as ideias econômicas predominantes no seu tempo – o paradigma que denominaram como mercantilismo. No final do século XVIII, a maioria das sociedades eram monarquias ou principados, e os pensadores econômicos mais importantes eram aqueles que aconselhavam a coroa sobre as melhores estratégias para fazer prosperar os domínios que controlavam. Tais conselheiros não aderiam a uma ortodoxia política específica; alguns preferiam o comércio mais livre, e outros a adoção de mais tarifas. Contudo, todos acreditavam que políticas esclarecidas praticadas pelos monarcas contribuíam para maior prosperidade de seus súditos. Foi essa abordagem que Adam Smith definiu como mercantilismo.

Smith e os outros economistas clássicos rejeitavam o mercantilismo porque o governo estava colocado no centro da narrativa econômica. Eles acreditavam que, com a expansão do comércio, a economia estaria apta para o autogoverno. Como resultado, defendiam um sistema de mercado autorregulado, no qual oferta e demanda atingiriam equilíbrio por meio de mudanças nos preços. O governo continuaria a fornecer o arcabouço legal no qual a atividade econômica ocorreria, através da aplicação das regras de direitos de propriedade e contratos. No entanto, os economistas clássicos argumentavam que, para garantir prosperidade, a economia precisava ter uma autonomia muito maior do que a existente sob as políticas mercantilistas.

Em sua campanha para derrotar as ideias mercantilistas, os economistas clássicos encobriram algumas realidades históricas. Argumentaram que a aceleração da

atividade econômica na Inglaterra e nos Países Baixos durante os séculos XVII e XVIII resultara das respostas de comerciantes e empresários aos sinais do mercado. Ou seja, não consideraram o papel desempenhado pelas forças navais holandesa e britânica na facilitação dos padrões do sistema colonial e do comércio global, eventos estes que criaram enormes fluxos de riqueza para Europa. Essa riqueza estava assentada na retirada forçada de pessoas da África, tornadas, então, escravas; nos influxos de prata da América Latina; no sistema agrícola das *plantations* nas Américas; e nos padrões de comércio exploratório em todo o mundo não-europeu. Todas essas práticas coercitivas dependiam, por sua vez, da superioridade militar europeia. Esses fatos, entretanto, não condiziam com a divisão binária entre Estado e mercado construída pelos economistas clássicos. Para eles, quase tudo de positivo vinha da atividade de mercado e tudo o que era negativo vinha do Estado. Como resultado, eles posicionaram a crescente classe de comerciantes e industriais no centro da sua história sobre a modernidade econômica, e empurraram o Estado para as margens da mesma.

As visões dos economistas clássicos foram contestadas na época, mas muitas das críticas foram rapidamente esquecidas. A única crítica que perdurou foi a elaborada por Karl Marx, Friedrich Engels e seus seguidores, que não hesitaram em ressaltar os modos como a modernidade econômica na Europa dependeu da brutal exploração de pessoas e povos de fora da Europa, uma empreitada organizada por meio de violência perpetrada pelo Estado. Eles também enfatizaram o papel do Estado na proteção do poder da burguesia e na repressão de qualquer um que desafiasse esse poder.

Marx e Engels poderiam ter elaborado um aporte mais aquilatado sobre a modernidade econômica, uma narrativa que reconhecesse os modos como as ações do Estado e as ações dos atores do mercado estavam interligadas e eram interdependentes. Todavia, eles se opunham resolutamente à ideia de que a ordem então existente pudesse ser reformada com sucesso através de ações governamentais. Esperançosos de que a classe trabalhadora se levantaria contra a burguesia, denunciaram como fúteis quaisquer esforços para capturar, ou reformar, o Estado. Em vez disso, insistiam que, uma vez que o poder de classe burguês fosse derrubado em uma revolução socialista, estaria aberto o caminho para uma sociedade autogovernada, na qual o poder estatal coercitivo não mais prevaleceria.

Essa noção levou-os a insistir na ideia de que aquilo que parecia ser um Estado poderoso e autônomo não passava de um reflexo do poder de classe da burguesia. E assim, ao mesmo tempo em que os marxistas reconheceram a centralidade da ação do Estado na ascensão do capitalismo, eles também acabaram deixando o Estado fora do quadro de análise. De modo muito semelhante aos economistas clássicos, os marxistas asseguravam aos seus seguidores que, no que dizia respeito ao Estado, não havia nada para ser visto.

Ao assim procederem, marxistas e economistas clássicos instituíram os termos de um debate que vem moldando quase todos os subsequentes relatos históricos sobre a modernidade econômica na Inglaterra e nos Estados Unidos. Alguns desses

relatos se inclinam mais na direção dos economistas clássicos, outros mais na direção dos marxistas, e, ainda, há os que trabalham com *insights* de ambos os lados. Mas o resultado é que uma após a outra, todas as histórias econômicas sistematicamente ignoram o papel fundamental dos Estados na criação das economias de mercado modernas.

O impacto dessa falácia histórica é visível na maneira como economistas de todas as linhas políticas pensam e falam sobre o papel do Estado na economia. Atualmente, quase todos os economistas do *mainstream* acreditam que a intervenção do Estado se justifica nas circunstâncias em que o mercado falha, ou seja, quando os mercados, agindo com seus dispositivos próprios, produzem resultados abaixo do ideal. Dentre os exemplos clássicos de falha do mercado estão a prática das empresas de despejar lixo tóxico em rios, e a existência de pessoas pobres que não podem pagar por educação, ou saúde. Em realidade, tanto os economistas de esquerda como os de direita concordam sobre a necessidade de ação estatal quando os mercados falham; eles discordam apenas quanto à frequência com que tais falhas ocorrem.

O conceito de falha de mercado tem por suposto que, em condições normais, mercados autônomos operam com sucesso. Contudo, sem o Estado, os mercados nem poderiam existir, muito menos atender a quaisquer necessidades humanas importantes. Mercados estáveis precisam de um arcabouço legal no âmbito do qual sejam estabelecidos direitos de propriedade, contratos executáveis e proteção contra fraude e predação. Os pesos e as medidas usados nas transações são padronizados pelo Estado, e é o Estado que garante o suprimento de dinheiro e crédito que possibilita as transações de mercado. Em suma, a ideia de que os mercados podem operar independentemente do Estado é uma fantasia enraizada em uma falsa história da modernidade econômica—uma história que tem sido contada desde o início do século XIX.

A correção desses mal-entendidos demanda todo um conjunto de novos estudos históricos para recontar o papel central do Estado na modernidade econômica. Entretanto, é possível aprender uma lição instrutiva mesmo com um exame rápido de três áreas nas quais o Estado desempenhou, e continua desempenhando, um papel absolutamente crucial. As arenas em pauta são a provisão de dinheiro e crédito, a construção de infraestrutura, e o fomento de produtos e processos novos e inovadores

2.

O obscurecimento do papel central do Estado no suprimento de dinheiro e crédito necessários para uma economia de mercado resultou da propagação de várias teorias duvidosas. A teoria do dinheiro como *commodity*, por exemplo, afirma que o dinheiro tem valor por causa de sua relação com mercadorias universalmente vistas como valiosas, como o ouro e a prata. Nesta narrativa, a atividade econômica começou com o escambo, quando os indivíduos trocavam uma mercadoria por outra

mercadoria. Depois de um tempo, as pessoas convencionaram que uma mercadoria-mestre poderia ser usada para comprar todas as outras. À medida que os Estados conquistaram controle sobre os territórios, cunharam moedas feitas de um desses dois metais preciosos. Quando a moeda foi emitida pela primeira vez sob a forma de cédula de papel, as pessoas aceitaram o papel-moeda como detentora de valor porque ele poderia ser trocado por ouro ou prata. Posteriormente, continuaram a aceitar as notas de dinheiro emitidas pelo Estado mesmo quando essa conversibilidade deixou de existir.

A realidade, no entanto, é que o dinheiro como meio de troca sempre dependeu do respaldo dos Estados. É o selo de aprovação estatal que confere valor ao dinheiro, e é a ação continuada do Estado que estabiliza, ou não, o poder de compra de uma moeda e evita os perigos de deflação e inflação. Em suma, o combustível básico de uma economia de mercado – o dinheiro que permite às pessoas realizar transações – é uma criação do Estado.

Em realidade, o Estado que respalda uma moeda em circulação em um determinado país pode até não ter soberania naquele território em particular. Hoje, por exemplo, o dólar americano é a principal moeda em países como Equador, El Salvador e Zimbábue. Além disso, muitos Estados enfrentaram longa batalha para estabelecer sua moeda específica como soberana em todo seu território. Mas também é verdade que as economias de mercado mais bem-sucedidas são aquelas dos países onde o Estado acabou por conseguir estabelecer soberania monetária.

Um erro semelhante acontece na explicação da criação de crédito “privado” nas economias de mercado. Como a oferta adequada de moeda em circulação não resolve o problema do financiamento de novos investimentos, as economias modernas exigem instituições que possam prover crédito aos investidores. A alegação convencional é que os bancos são capazes de fornecer tal crédito porque são intermediários financeiros que conectam os poupadores aos tomadores de empréstimos. Como os banqueiros desempenham esse papel crucial de mediação entre esses dois conjuntos de atores, conclui-se que o Estado deveria fazer o mínimo possível para interferir nesse serviço vital para a sociedade.

No entanto, a realidade é que bancos e outras instituições financeiras não são intermediários; eles criam crédito essencialmente do nada. Quando um banco concede um empréstimo de um milhão de dólares para um cliente comercial, o banco simplesmente adiciona esse montante como um depósito na conta do cliente. Esse arranjo funciona, em última análise, porque o Estado concede o direito de criar crédito para um número limitado de instituições que concordam em obedecer a determinadas regras. No fundo, o Estado subscreve esse processo de empréstimo bancário através do papel do banco central, emprestador de última instância. Como vimos na crise financeira global, mesmo quando as instituições financeiras estendem o crédito de forma imprudente, o Estado, ainda assim, intervém para respaldar a criação de crédito.

Em suma, o Estado é a fonte última de todo o suprimento de dinheiro e crédito que alimenta uma economia de mercado. Por terceirizar o processo de criação de crédito para bancos e outras instituições financeiras, o Estado é, na verdade, o franqueador e essas instituições são os franqueados. No entanto, o sistema não poderia funcionar sem o respaldo contínuo do Estado e a contenção de seus franqueados.

Assim, esse aspecto central de uma economia de mercado – geralmente vista como privada e operando apenas em resposta aos sinais de mercado – é, de fato, fortemente dependente do Estado, o que solapa a reivindicação central dos fundamentalistas do mercado de que a economia existe em um domínio separado do Estado. Essa autonomia percebida é totalmente ilusória: sem o setor público administrando a oferta de dinheiro e crédito, não há economia de mercado

3.

Investir, ou deixar de investir, em infraestrutura tornou-se um tópico importante no atual debate político, mas o conceito de infraestrutura é uma invenção relativamente recente. Uma busca rápida no *Google Books* mostra que as menções à infraestrutura são escassas em livros anteriores a 1960. O uso do termo decola somente depois de 1980. Esse silêncio histórico é revelador: os avanços em saneamento, comunicação e transporte têm sido centrais para a modernidade econômica. Ainda assim, na literatura de história econômica, o termo investimento quase sempre se refere a investimentos privados em fábricas, armazéns, lojas e complexos de escritórios. Os investimentos em um elaborado sistema urbano de tubulações subterrâneas e condutos para o manejo de esgoto, água, gás, telecomunicações, eletricidade e, às vezes, vapor, são normalmente ignorados.

A urbanização é uma das principais características da modernidade econômica. Grandes populações possibilitam o surgimento de negócios e indústrias especializados. Os distritos industriais, como o distrito de roupas da cidade de Nova York e o Vale do Silício, são indispensáveis para o dinamismo e a inovação, porque atraem várias empresas e um grupo de funcionários com habilidades específicas. Ainda hoje, com transporte e comunicações sofisticados, a maioria das cidades do mundo todo trabalha ativamente para criar novos distritos industriais de alta tecnologia como uma estratégia-chave para a competitividade do século XXI.

No entanto, o movimento das populações para cidades cada vez maiores não poderia ter ocorrido sem os avanços de saneamento que ocorreram nos séculos XIX e XX. Sem água limpa, sistemas de esgoto e tratamento de resíduos, o crescimento urbano teria sido interrompido por epidemias periódicas de doenças infecciosas. Não foram empresários e empreendedores que desenvolveram e financiaram tais serviços, mas, sim, quadros do Estado. O mesmo argumento pode ser feito em relação aos códigos de construção civil, aos serviços dos corpos de bombeiros e as tecnologias de combate a incêndios.

Similarmente, a partir do século XVIII, os avanços em transportes exigiram investimentos em infraestrutura que incluíram construção de faróis, dragagem de portos, escavação de canais, desenvolvimento de linhas ferroviárias, pavimentação de estradas, construção de pontes e túneis, criação de sistemas de transporte de massa e, por fim, construção e expansão de aeroportos. Na primeira metade do século XIX, muitos projetos de canais e ferrovias foram inicialmente organizados por empreendedores privados, mas, em uma porcentagem surpreendentemente alta de casos, eles receberam algum apoio financeiro de governos estaduais, ou do governo federal. O elo crítico no sistema ferroviário nacional foi a construção das linhas ferroviárias intercontinentais, financiadas através de doações federais de terras aos construtores de ferrovias. Em praticamente todos os outros casos, a infraestrutura de transporte foi fornecida diretamente por autoridades governamentais, às vezes, fazendo o trabalho por conta própria e, às vezes, contratando empreiteiros privados.

Também uma história semelhante pode ser contada em relação às tecnologias de comunicação. Samuel Morse persuadiu o Congresso a financiar a primeira linha telegráfica experimental de Baltimore a Washington, que transmitiu a mensagem histórica "O que Deus fez? (What has God wrought)". Em 1860, através de ato legal, o Pacific Telegraph Act, o Congresso concedeu subsídio anual por dez anos à empresa que construiu a primeira linha de telégrafo transcontinental ligando a Califórnia com a Costa Leste. No caso do telefone, o governo incentivou a empresa AT & T a construir uma rede nacional mediante a concessão do monopólio do serviço telefônico de longa distância. Foi também o Estado quem ajudou a lançar satélites em órbita para transmitir chamadas de longa distância ao redor do mundo. Mais recentemente, foi a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos EUA que criou as versões iniciais da Internet, incluindo muitos dos protocolos atualmente utilizados.

Duas das maiores façanhas da modernidade econômica foram cidades grandes e com bom funcionamento, e um mundo conectado por viagens e meios de comunicação cada vez mais rápidos. Sem dúvida, o Estado desempenhou um papel absolutamente fundamental nestas conquistas. Empreendedores privados simplesmente não poderiam arcar com os investimentos em infraestrutura necessários para viabilizar esses avanços.

4.

Muito tem sido escrito, nestas páginas e em outros lugares, sobre a importância do papel do Estado na promoção de inovações tecnológicas importantes no pós-guerra. Desde o surgimento do *fracking* como tecnologia para expandir enormemente a produção de petróleo e gás natural até o desenvolvimento do microchip, a pesquisa governamental desempenhou um papel chave. Em verdade, minhas pesquisas e as de muitos outros reuniram evidências esmagadoras de que, nos EUA, o Estado

desempenhou um papel central em praticamente todas as principais inovações tecnológicas desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas a centralidade do Estado na inovação é muito anterior ao período atual; ela antecede o surgimento mesmo das sociedades de mercado. Ao longo da história humana, a guerra tem sido o grande impulsionador da inovação tecnológica. Em busca de vantagem militar, os governantes reuniram grupos de pessoas com habilidades técnicas, bem como investiram os recursos necessários para transformar ideias em dispositivos que pudessem conferir vantagem às suas forças armadas. Em muitos casos, tais ideias já estavam em circulação, mas foi apenas a urgência, ou a ameaça de guerra, que justificou os investimentos substanciais necessários para transformá-las em algo utilizável. E, em alguns casos, como os avanços nas tecnologias de transporte e comunicações, uma vez que o avanço se concretizou, ele foi difundido por toda a economia civil.

Um exemplo da história dos EUA ilustra como as narrativas convencionais muitas vezes distorcem o registro histórico. Muitos de nós fomos ensinados na escola que Eli Whitney, o inventor do descaroçador de algodão, foi também pioneiro na fabricação de peças intercambiáveis. Essa foi uma virada tecnológica crucial porque a padronização de peças feitas à máquina facilitou a produção em massa. No entanto, embora Whitney tenha recebido um contrato do governo para a produção em massa de rifles feitos com partes intercambiáveis, ele mesmo não conseguiu entregar as mercadorias. A descoberta bem-sucedida ocorreu, na verdade, no Springfield Armory, uma instalação administrada pelo Estado. Rapidamente copiada pela indústria de máquinas e ferramentas, aquela inovação patrocinada pelo Estado lançou as bases para a produção em massa de bicicletas e, por fim, de automóveis.

O mesmo padrão continuou no século XX. A Primeira Guerra Mundial levou a avanços significativos na tecnologia de aviação e rádio; e a Segunda Guerra Mundial nos brindou com a energia atômica, o radar, os primeiros computadores eletrônicos e os antibióticos. O último caso é particularmente relevante. Em 1928, Alexander Fleming identificou a capacidade de um fungo específico, conhecido como penicilina, para combater bactérias. Mas nenhuma empresa estava disposta a fazer o investimento substancial necessário para transformar esse *insight* em medicamento. Foi somente depois de Pearl Harbor que o governo dos EUA financiou um trabalho acelerado para a produção em massa da droga.

Uma mudança importante nas últimas décadas é que atualmente o Estado investe em criar novas tecnologias para o mercado, mesmo na inexistência de promessa de vantagem militar. O mesmo modelo histórico de Estado – a concessão de recursos substantivos para equipes de cientistas e engenheiros capacitados – produziu para o cotidiano atual as lâmpadas eficientes, os painéis solares baratos e turbinas eólicas mais eficientes.

As principais invenções dos últimos duzentos anos não podem ser atribuídas a engenhosos ajustes feitos por engenheiros inspirados, ou por iniciativas orquestradas

por laboratórios corporativos. Sim, os irmãos Wright construíram o primeiro avião de sucesso, mas a ascensão da indústria aeronáutica dependeu de pesquisa e desenvolvimento patrocinados pelo Estado e de compras estatais para a Primeira Guerra Mundial. Similarmente, a equipe de Shockley, no Bell Labs, inventou o transistor, mas foi a demanda do Estado que criou a indústria de semicondutores e tornou possível a era da informatização em que vivemos hoje.

5.

No centro das falsas histórias da modernidade econômica está a visão da economia de mercado como uma extensão da natureza. Nessa visão, as empresas competem umas com as outras, assim como as espécies, e, ocasionalmente, surgem adaptações particularmente produtivas que reformulam a direção do desenvolvimento econômico. Nesse processo competitivo, algumas empresas perecem, mas é isso que Schumpeter caracterizou como “destruição criativa” – ela prepara o cenário para novas descobertas..

Essa lógica de naturalização também tem sido constantemente acionada para questionar as tentativas do Estado de administrar e regular a economia. Se a economia de mercado é natural, então o Estado é, por definição, uma criação artificial arbitrária cujas ações estão fadadas a perturbar a cadência natural da economia.

Marx e Engels, claro, objetivaram questionar esse enfoque que retrata o capitalismo como estado natural da humanidade. Mas, dado que explicaram todo o dinamismo do capitalismo como produto de uma única classe – a burguesia –, foram dragados por sua própria versão do naturalismo. Eles também não deram conta de reconhecer a modernidade econômica como algo constantemente construído e reconstruído na intersecção de Estados e mercados.

No final das contas, os mercados são completamente dependentes do Estado para funcionar de forma eficaz. Tal aceção não implica que os governos devam ditar os preços, ou impor regulamentações incapacitantes aos negócios. As ações do Estado podem ser mais eficazes, ou menos eficazes, para atingir metas tais como estabilidade do mercado, uso mais eficiente dos recursos e resultados mais equitativos. Há um imenso escopo para discussão e debate sobre as maneiras como as regulamentações estatais devem ser estruturadas e sobre quais os investimentos os governos devem fazer. Contudo, tais discussões verdadeiramente descarrilham quando o debate é desvirtuado pela fantasiosa naturalização de mercados autorregulados.

Também não temos que ficar preocupados com a ideia de que estratégia de desenvolvimento econômico liderada pelo Estado exija que o poder passe para as burocracias monumentais de Washington. Ao contrário disso, é possível conceber programas que usem recursos federais para melhorar a competência política e econômica no nível local. A estratégia *do New Deal* para a eletrificação rural constitui um exemplo clássico em que as comunidades foram incentivadas a criar cooperativas

locais que, conectadas à rede elétrica nacional, forneciam energia para residências e fazendas remotas. O Estado, por sua vez, emprestava dinheiro para essas cooperativas, a fim de financiar a empreitada – uma empreitada que auferiu ganhos massivos ao bem-estar na área rural.

O tipo de estratégia de desenvolvimento econômico que precisamos hoje está baseado em dois pilares: investimentos maciços em infraestrutura e esforços acelerados para implantar inovações que possam gerar crescimento equitativo. Os gastos em infraestrutura devem priorizar habitação acessível, energia limpa, conservação de energia e acesso universal a serviços de banda larga e celular, bem como aumentar a resiliência das comunidades ameaçadas por mudanças climáticas. Isso poderia ser financiado através de uma variedade de mecanismos descentralizados que dariam maior peso às comunidades locais para essas decisões.

Tais investimentos em infraestrutura também ajudariam a acelerar a difusão de inovações, tais como as tecnologias necessárias para uma rede elétrica inteligente, poupadora de energia. Igualmente importante seria afastar os programas estatais de inovação das tecnologias militares, e das inovações que são questionáveis, como é o caso dos veículos autônomos – uma ameaça de mais erosão na oferta de empregos, além de constituírem oportunidade para terroristas avançarem por sobre multidão de pedestres. Em vez disso, deveríamos procurar integrar as tecnologias de compartilhamento de uso de veículos com os sistemas de transporte urbano, a fim de criar empregos com salários decentes e também criar novos modos, mais eficientes e igualitários, de levar as pessoas de um lugar para outro.

A questão é reconhecer que os grandes ganhos econômicos dos últimos séculos foram possíveis graças à atividade empreendedora do Estado, em termos de investimento em inovação e infraestrutura, e de provisão das estruturas de dinheiro e financiamento necessárias para respaldar investimentos privados produtivos. Uma vez que isso seja entendido, passa a ser possível criar uma agenda séria de reformas que use esses poderes do Estado para que cheguemos a uma economia ambientalmente sustentável, mais igualitária e não dominada pelo poder das já tão arraigadas corporações. Contudo, até que tornemos essas capacidades críticas do Estado visíveis, continuaremos tão somente repetindo os velhos argumentos, ignorando os propulsores do crescimento a longo prazo e da prosperidade compartilhada que conduzem a um mundo melhor e mais equitativo.

